Estaleiro aguarda há meses ordem de serviço da Petrobras para começar obra



Passadas as festas de fim de ano, janeiro deveria ser marcado pela plena retomada das atividades na indústria naval no Rio Grande do Sul, mas os desdobramentos da operação Lava Jato estão prejudicando as obras e aumentando as preocupações de curto prazo na região. Os estaleiros do polo naval localizado no sul do Estado, que têm contratos bilionários com a Petrobras para a construção de plataformas, sentem no dia a dia os reflexos da crise envolvendo a estatal. As dificuldades passam pela liberação de verba, o pagamento de fornecedores e a contratação de pessoal.O caso mais delicado é o do Estaleiro Honório Bicalho, operado pela QGI na cidade de Rio Grande. Desde 2005, quatro plataformas foram concluídas na unidade, que responde pela construção e integração de módulos. Ultimamente, no entanto, a palavra que impera no local é expectativa, já que o estaleiro enfrenta um período de "entressafra" que dura mais de um ano. Em setembro de 2013, quando estava prestes a entregar a P-58, a QGI assinou contrato para a construção da P-75 e da P-77. De lá para cá, milhares de trabalhadores foram demitidos e o reinício das obras é seguidamente adiado.De acordo com uma fonte ligada à indústria naval gaúcha, o primeiro ano após a assinatura de um contrato para a construção de uma plataforma costuma ser dedicado à preparação do projeto, o que envolve soluções de engenharia, adequação do canteiro e compra de material. No caso da QGI, portanto, as contratações de pessoal e o pontapé inicial nas obras estavam previstos para o último trimestre de 2014, só que nada foi feito até agora."Já devia ter começado, mas a Petrobras tem que emitir a ordem de serviço e fazer os primeiros pagamentos", disse a fonte ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado. "Para alguém assinar alguma coisa na Petrobras está difícil. A (operação) Lava Jato está atrasando tudo. Eu diria que não há uma previsão concreta (para o início das obras)."Nesta semana, fonte ouvida pelo Broadcast no Rio de Janeiro disse que o Conselho de Administração da Petrobras reiterou a decisão já informada pela presidente da estatal, Graça Foster, de que não irá recorrer a financiamento de bancos em 2015 para captar recursos, em meio à crise enfrentada pela companhia. A ideia seria aproveitar o atraso no cronograma de projetos para economizar o caixa da empresa.Procurada, a assessoria da QGI se limitou a afirmar que já está recebendo material para os projetos da P-75 e P-77. A assessoria de imprensa da Petrobras informou que os contratos das plataformas P-75 e P-77 estão em andamentoDe acordo com a estatal, no cronograma dos projetos somente é prevista no Estaleiro Honório Bicalho a execução de atividades de construção e montagem no início de 2015 para a P-75. "Atualmente, estão em progresso no estaleiro o recebimento de equipamentos críticos como compressores de gás e turbo geradores e as atividades de montagem de estruturas metálicas de 8 módulos da P-75. De acordo com o planejamento da empresa QGI, ocorrerá nos próximos meses o aumento do efetivo de trabalhadores para fazer frente às necessidades das atividades de construção e montagem", diz a nota.A Petrobras também tem outros contratos em vigor no sul do Estado. O Estaleiro Rio Grande, operado pela Ecovix, entregou a P-66 no final de 2014 e, atualmente, está fazendo os cascos da P-67 e da P-69. Já o EBR (Estaleiros do Brasil), operada pela japonesa Toyo e a brasileira Setal, tem contrato para realizar a integração da plataforma P-74 na cidade de São José do Norte, vizinha a Rio Grande. A estrutura do estaleiro começou a ser erguida em 2013 e não há informações oficiais

do andamento da obra - o site do EBR está fora do ar e a direção da empresa foi procurada mais de uma vez pelo Broadcast, mas não quis se manifestar. A Petrobras também foi consultada sobre esse caso, mas até o fechamento dessa reportagem não havia enviado resposta.Além dos problemas envolvendo a Petrobras, os estaleiros do sul do RS enfrentam desafios internos também provocados pela operação Lava Jato, já que todos têm participação direta ou indireta de empresas que são investigadas pela Polícia Federal. A QGI é controlada pela Queiroz Galvão e pela Iesa, ambas envolvidas no escândalo. A Ecovix, por sua vez, faz parte da mesma holding da Engevix, igualmente alvo da Lava Jato. No caso da Toyo Setal, que controla o estaleiro EBR, dois executivos fizeram acordo de delação premiada sobre o esquema de corrupção na Petrobras.Embora os estaleiros insistam em negar que as investigações estejam prejudicando as atividades, nos bastidores a percepção é de que as obras estão "com o pé no freio". Em nota ao Broadcast, a Petrobras informou que os contratos vigentes com as empresas envolvidas na operação Lava Jato "foram preservados e continuam válidos e mantidos os requisitos contratuais, incluindo cronograma". No fim do ano passado, a Petrobras suspendeu temporariamente 23 empresas envolvidas no escândalo de participar de novas licitações.EmpregoAs incertezas colocam em dúvida o futuro da indústria naval gaúcha e, no curto prazo, afetam os trabalhadores do setor. A QGI, quando estiver no pico do cronograma de construção da P-75 e da P-77, deverá ter uma equipe de cerca de 4 mil funcionários em atividade. Hoje, porém, sem o aval da Petrobras para o início das obras, apenas 300 pessoas atuam na QGI em Rio Grande - em 2013, quando três plataformas eram feitas simultaneamente na unidade, o número de colaboradores chegou a 10 mil."Estamos hoje com cerca de 7 mil metalúrgicos experientes desempregados na região, aguardando contratações", disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Rio Grande e São José do Norte, Benito de Oliveira Gonçalves. Ele alega que a Ecovix demitiu funcionários depois de entregar a P-66 e que a demora da QGI em contratar está agravando a situação.Procurada pelo Broadcast, a assessoria da Ecovix informou que a construção das plataformas segue etapas que exigem um número maior ou menor de trabalhadores e que "as movimentações de pessoal estão ligadas a estas etapas". De acordo com a empresa, hoje o quadro de funcionários tem 7 mil pessoas e não há demissão em massa no estaleiro.O presidente do sindicato também afirma que o EBR - onde segundo ele hoje trabalham cerca de 600 pessoas - teria outras mil vagas abertas, mas que os operários locais, mesmo já tendo participado da construção de outras plataformas, estariam com dificuldade de colocação devido à preferência do estaleiro em trazer mão de obra de outros Estados.Em Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre, outras centenas de pessoas aguardam recolocação profissional, depois de serem dispensadas pela Iesa Óleo e Gás - que teve o contrato rescindido pela Petrobras para a construção de 24 módulos de plataformas. Representantes sindicais de Rio Grande e de Charqueadas estão programando manifestações para os próximos dias, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades estaduais e federais para o problema envolvendo o setor.Fonte:Agência Estado/em.com.br